

RELATOS DE UM QUOTIDIANO FUGAZ. A MUSEOLOGIA MUNICIPAL EM PORTUGAL, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE CASCAIS

TALES OF A FLEETING EVERY DAY LIFE.
MUNICIPAL MUSEOLOGY IN PORTUGAL, FROM THE EXPERIENCE OF CASCAIS

Lorena Sancho Querol

Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. Investigadora em Pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (CES-UC). E-mail: lorenaquerol@gmail.com

Jorge Alves dos Santos

Doutorando em Sociologia no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL). Investigador do extinto Observatório das Atividades Culturais (OAC). E-mail: jaass@iscte.pt

Maria Fernanda Costa

Antropóloga e responsável pelo Museu do Mar Rei D. Carlos, Câmara Municipal de Cascais (CMC). E-mail: m.fernanda.costa@cm-cascais.pt

RESUMO

Num contexto cultural seriamente afetado pelas políticas de ajustamento económico que estão a ser aplicadas no sul da Europa, e tomando como estudo de caso um pequeno museu municipal localizado na Vila de Cascais, a poucos quilómetros de Lisboa, procuramos neste artigo refletir sobre o papel sociocultural dos museus locais em Portugal. Queremos perceber quais os rumos que conduzem a uma Museologia verdadeiramente útil às nossas sociedades e quais os modelos de gestão que nos podem ajudar a ressignificar o museu sob a ótica da sua sustentabilidade. Afinal: quem sustenta quem? Ou... como se desenvolve a habilidade de ser museu, quando a própria sociedade e seus conceitos de cultura, património ou identidade estão em profunda reformulação?

Palavras-chave: Museus municipais. Comunidade piscatória. Horizontes de utopia.

ABSTRACT

In a cultural context seriously affected by the economic adjustment policies that are being implemented in southern Europe, and based on the case study of a small municipal museum located in the town of Cascais, just a few kilometers from Lisbon, we seek in this article to reflect on the sociocultural role of local museums in Portugal. We want to understand which direction may lead to a Museology truly useful to our societies, and what management models can help us reframe the museum from the perspective of sustainability. After all: Who supports whom? Or ... How can the ability to be museum be developed, when society itself and its concepts of culture, heritage or identity are going through a major reshape?

Keywords: Municipal museums. Fishing community. Horizons of utopia.

Introdução¹

Os museus apresentam hoje diferentes tipologias em função da sua natureza, da relação com o território ou da temática a partir da qual se desenvolveram. Este é um aspeto essencial na definição da sua anatomia, da sua missão e do seu modelo de gestão.

No contexto português, onde a principal divisão administrativa do território é o município, o museu de tutela municipal acaba por ser a tipologia mais numerosa e mais representativa da Museologia portuguesa. Por este motivo, mas também pelo seu marcado carácter local, estes museus desenvolvem um papel essencial no contexto das políticas culturais municipais, em matérias tão estruturantes como a educação patrimonial, o estudo e a salvaguarda da diversidade cultural e natural, ou a investigação da micro-história local.

Devido às profundas mudanças que se encontram em curso em Portugal como consequência da atual crise económica, diversos domínios da cultura, entre os quais o dos museus, tem vindo a sofrer fortes alterações nos seus modelos de gestão e no desenvolvimento das suas funções essenciais.

Neste cenário, e tomando como estudo de caso um museu municipal cujos passos tenho seguido de perto nos últimos anos, o Museu do Mar Rei D. Carlos, em Cascais, propus-me refletir sobre esta tipologia museológica, sobre a sua situação e desafios atuais, mas também sobre o seu lugar na construção de uma sociedade inclusiva e sustentável. Com este objetivo, solicitei a colaboração de dois colegas diretamente relacionados com esta Museologia e com este Museu: um investigador na área da cultura, Jorge Santos, e a diretora do respetivo Museu, Fernanda Costa. O primeiro irá ajudar-nos a perceber melhor o perfil, as características e a situação atual dos museus municipais no contexto nacional, a segunda, ao aceitar o desafio de responder a uma pequena entrevista, irá, por sua vez, aproximar-nos das práticas quotidianas desta Museologia.

Enlaçando mundos

A Fernanda Costa e eu - a autora do artigo - iniciámos os nossos percursos na Museologia marítima quando este milénio já se adivinhava no horizonte Atlântico. Enquanto eu começava uma colaboração com o Museu de Marinha, em Lisboa, para dinamizar a área da conservação dos diversos espólios que habitam este majestoso santuário da história marítima portuguesa, ela integrava a equipa do Museu do Mar Rei D. Carlos, um museu de cariz municipal integrado na Rede de Museus da Câmara Municipal de Cascais (CMC) desde a sua criação em 2004, e na Rede Portuguesa de Museus (RPM) desde 2011.

Como conservadora, o meu desafio principal era estabelecer um diálogo construtivo com os responsáveis do Museu para assim poder delinear planos de atuação que permitissem reanimar várias das coleções de património marítimo mais valiosas do mundo (Galeotas

Reais, Estandartes históricos, Astrolábios das mais diversas formas e essências...). Como antropóloga, o desafio da Fernanda Costa consistiria em aprender a caminhar com a comunidade piscatória da Vila de Cascais, para perceber o devir de uma outra vida no mar: tradições, formas de organização em terra e no mar, crenças e rituais, artes do quotidiano...

Sem o saber, pois só nos conheceríamos alguns anos depois, a vida unia-nos pela maresia e pela convicção de uma Museologia fluída, onde há espaço para interesses divergentes (POULOT, 2011, p. 144).

Entretanto seguimos os nossos rumos.

Agora também eu ando no universo local, onde investigo questões estruturantes do ponto de vista da função social dos museus, numa fase de reformulação de valores e sentidos como a que vivemos no sul da Europa. A Fernanda, por seu lado, tornou-se triplamente local, dirigindo neste momento três instituições relacionadas com o mar em Cascais (o Museu do Mar Rei D. Carlos², o Forte de São Jorge de Oitavos³ e o Marégrafo de Cascais⁴). A nossa paixão pelo mar continua... mas os museus agora vivem uma época de maré baixa que, a nosso ver, só conseguirão superar com sucesso tornando-se verdadeiramente úteis para a sociedade nas suas diversas formas (ACASO E DE PASCUAL, 2014), e desenvolvendo um modelo de gestão profundamente sustentável.

Em maio de 2014, propus-lhe uma conversa informal para refletirmos sobre a função social dos museus municipais neste trepidante presente que vivemos na Europa do sul, onde os museus se tornaram acrobatas da cultura. Ela aceitou. No contexto deste número temático da *Expressa Extensão*, e do propósito de escrever sobre “Museus e Sociedade”, a nossa ideia casava felizmente com o desafio proposto pela Revista.

O Museu do Mar Rei D. Carlos seria o nosso objeto de reflexão, e Cascais o seu contexto e razão de ser. Falamos de uma Vila situada na “Costa do Sol”⁵, a 20 km a oeste de Lisboa, com uma história estreitamente ligada à aristocracia portuguesa e europeia, cuja força vital vem da comunidade piscatória - hoje subestimada e em forte desvitalização - e onde atualmente vivem mais de 200 mil habitantes. Um aglomerado que respira as memórias de uma intensa história de 650 anos, num contexto caracterizado pela riqueza da sua diversidade natural, que lhe valeu este ano o título de destino mais sustentável do mundo (BOLETIM MUNICIPAL DE CASCAIS, 2014, p. 3).



Figura 1:

Localização de Cascais no território português.

Fonte: Google Maps



Figura 2

Vista panorâmica da Vila de Cascais.

(Foto: Lorena Sancho Querol)

Este é o nosso contributo a essa “utopia editorial” que a *Expressa Extensão* representa no contexto do universo museológico aquém e além Atlântico. Sob a forma de entrevista, apresentamos uma reflexão simples, estruturada em três partes, com as quais quisemos construir uma sinfonia a várias vozes sobre os usos, os desusos e os maus usos dos museus municipais.

No fundo, preocupam-nos questões comuns aos outros museus, com uma diferença que nos parece essencial referir: os museus marítimos enlaçam cultura e natureza, e por isso são um híbrido museológico onde, com frequência, se encontram a ciência e a técnica, a história local, a etnografia, a história natural, as artes, a arqueologia...

É por isso que estes museus constituem um cenário privilegiado para mostrar a interação entre o meio cultural e o meio natural, para dar a conhecer as relações que se

estabelecem entre ambos ao longo do tempo (SANTACANA; LLONCH, 2008, p. 93), mas também para levantar questões cujas respostas cabe-nos construir a todos/as no seio de uma sociedade comprometida com o presente, no seu sentido coletivo e desde as poéticas do quotidiano local.

Os museus de tutela municipal em Portugal

No final do século XX, a evolução dos museus portugueses foi marcada por um crescimento continuado do número de instituições (NEVES; SANTOS; LIMA, 2013) e pela diversificação de tipologias museológicas (SANCHO QUEROL, 2011, p. 214) decorrente, em grande medida, da forte iniciativa e do investimento realizado pelas diversas tutelas, com particular evidência para os municípios.

Este fenómeno guarda relação com o modelo de organização administrativa do país, caracterizado pela ausência de regiões⁶, e onde os distritos acabam por ser a principal divisão administrativa do território (18 no continente, mais duas Regiões Autónomas: Açores e Madeira). Segundo este modelo, a divisão dos distritos dá lugar aos concelhos/municípios (308 no total), e estes, por sua vez, encontram-se divididos em freguesias (3091 na atualidade), que são as unidades territoriais de menor dimensão na estrutura nacional. Sob esta perspetiva, ao longo das últimas décadas⁷, tem cabido aos municípios o desempenho de um importante papel de ordem política e social do território, de onde podemos destacar a definição de políticas culturais e de planos de desenvolvimento local, em que o museu, pelo seu perfil, assume uma posição estratégica.

Enquanto equipamentos estruturantes na definição de políticas culturais, mas também sociais e educativas, os museus encontram-se ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, atuando como entidades abertas que se relacionam com a população local, promovendo a sua participação, através de uma atuação mais ativa e direta junto do meio que os rodeia. É a busca de cumplicidades, que leva ao intercâmbio de interesses comuns, mas também de saberes e experiências submersas no tempo.

Neste cenário, as funções básicas dos museus de tutela municipal, de acordo com o que está definido na *Lei-quadro dos Museus Portugueses*⁸, vão desde a investigação à divulgação, passando pela recolha, conservação e documentação do variado património (local, regional e nacional) que se encontra na sua dependência, intervindo no território onde estão inseridos e destinando a sua ação aos diferentes tipos de públicos.

Para percebermos melhor a realidade da museologia municipal em Portugal, e recorrendo aos resultados obtidos no último estudo realizado nesta matéria (NEVES; SANTOS; LIMA, 2013)⁹, podemos referir alguns dados de interesse que nos permitem enquadrar melhor o estudo de caso escolhido para o presente artigo.

Com efeito, durante a primeira década no século XXI o número de museus em Portugal cresceu aproximadamente 25%, passando de 491 (no ano 2000) para 626 (em 2009)¹⁰. Neste período, os museus dependentes da administração local¹¹, para além de serem os mais significativos, continuaram a aumentar, crescendo de 39% em 2000 para 49% em 2009¹², o que, considerando apenas os museus municipais, nos coloca perante um total de 265 em 2009, frente aos 172 que existiam no ano 2000. Concorrem para essa dinâmica diversos fatores, tais como a valorização do património cultural, a requalificação urbana ou a relação com o turismo.

Neste contexto, e numa primeira abordagem, podemos dizer que se trata de museus de tipologia Mista e Pluridisciplinar, de Etnografia e Antropologia, ou de Arte; que ao nível da região (com base nas NUTS 2) se encontram disseminados por todo o território, predominado a sua presença nas regiões Norte e Centro; que em relação ao ano de abertura, e tendo em conta o número de instituições que abriram as portas nas duas últimas décadas, se verifica o acentuar da juvenilidade dos museus nacionais.

Num segundo olhar, agora relacionado com o funcionamento destes museus, podemos salientar os seguintes dados pelo seu interesse: em quanto à figura do/a **responsável**, confirma-se o aumento da formação de nível superior, mas também o incremento das responsabilidades por inerência do cargo, ao invés da especialização; em relação ao **quadro de pessoal**, observa-se o crescimento do número de museus com quadro de pessoal, mas também o número de pessoas que trabalhavam nestas entidades (pelo menos até o ano 2009); em relação aos **recursos financeiros** confirma-se a fraca existência de orçamentos próprios, o que não acontece com os **recursos informáticos**, onde se deram consideráveis melhorias na existência de computadores e do acesso à internet; no relativo ao **acervo**, consolidou-se a adoção de formas de registo mais exigentes (sumário e desenvolvida) mas, apesar das melhorias verificadas na inventariação dos bens da coleção, existe ainda muito trabalho por fazer no âmbito dos registos fotográfico e informático; finalmente, em relação às **atividades**, aumentaram o número de museus com serviço educativo próprio, as ações dirigidas a vários tipos de públicos, e também a procura do estabelecimento de parcerias.

Ainda neste contexto, e mais concretamente ao nível da organização dos museus de tutela municipal, importa referir outras duas alterações. A primeira delas consiste na crescente adoção do modelo de gestão centrado numa estrutura polinucleada, ou seja, na criação de um tipo de museu que é composto por uma sede e por diversos núcleos temáticos, disseminados pelo território (modelo introduzido e em predominância na tutela municipal). Da mesma forma, observa-se mais recentemente a criação de redes museológicas com o objetivo de desenvolver os diversos potenciais do trabalho em rede (NEVES; SANTOS; LIMA, 2013, p. 34-36). Entre os argumentos que nos ajudam a perceber estas últimas mudanças, estão questões relacionadas com a gestão do património *in-situ* existente no concelho, com a sua

disponibilização pública, e também com as novas exigências do atual contexto socioeconómico, que levam à necessária racionalização dos recursos existentes.

É nesse sentido que os museus na dependência das autoridades locais acabam por ser dos mais ativos e dinâmicos em Portugal (CAMACHO; NEVES, 2010, p. 30).

Centrando-nos agora nos museus municipais de Cascais, podemos dizer que se trata de um dos concelhos portugueses com maior densidade museológica, mas também, que a grande maioria deles estão na dependência direta (ou indireta) da autarquia. Acrescenta-se igualmente que estes museus partilham os aspetos positivos e negativos do panorama anteriormente traçado.

Por outro lado, constata-se uma estratégia de continuidade por parte da autarquia, na persecução de uma política cultural já evidenciada no estudo museológico realizado naquele concelho (SANTOS; NEVES, 2005; SANTOS, 2006). Esta política assenta em linhas de ação consubstanciadas, quer através da preservação e reafetação do património existente no concelho - adaptando-o a equipamentos de cariz museológico - quer através da qualificação dos museus já existentes, seja pelo melhoramento de serviços ou pela criação de novas valências, pela reprogramação museológica, pelo estudo, conservação e inventariação de coleções, e também pelo aumento de atividades educativas direcionadas a diversos tipos de públicos. A concretização desta estratégia está patente na credenciação e integração de três dos seus museus na RPM, em 2011.

À conversa com Fernanda Costa

Juntando a toda esta informação algumas questões que nos permitiriam repensar o lugar do museus na nossa sociedade, no dia 16 de junho fui recebida pela Fernanda Costa na sua sala de trabalho, para falar sobre o museu onde decorre grande parte da sua vida profissional. No sótão de um edifício clássico do século XIX, onde se encontra localizado o Museu do Mar Rei D. Carlos (MMRDC) desde a sua criação em 1978, ficamos as duas à conversa, não sem antes ter alinhado alguns pensamentos relacionados com o objetivo da nossa entrevista.

Com todos os nossos condicionantes, mas também com a paixão que nos une aos museus de pequena escala; conscientes do horizonte infinito que temos pela frente na nossa tarefa de levar o museu vento em popa numa sociedade em profunda reformulação, queríamos refletir sobre a situação atual da Museologia municipal em Portugal, tomando como ponto de partida um Museu comprometido com as suas gentes, formas e mundos.



Figura 3

Fachada principal do Museu do Mar Rei D. Carlos, 2014.

Coleção fotográfica MMRDC.

(Lorena Sancho Querol) Fernanda, há quanto tempo está ligada ao Museu do Mar Rei D. Carlos (MMRDC)?

(Fernanda Costa) Estive ligada 18 anos até 2008 e agora desde janeiro de 2013. Nos primeiros tempos desenvolvi trabalho de investigação da etnografia marítima com a comunidade piscatória local. Fazia o levantamento das tradições orais, das tradições de pesca, a procura de doações que nos ajudassem a desenvolver o nosso papel de estudo e valorização das suas formas de vida...

O Museu tem privilegiado o desenvolvimento de uma relação forte com a comunidade local desde as suas origens, para poder perceber as mudanças em curso - sobretudo desde a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia - mas também para poder conhecer este outro olhar sobre as vivências marítimas locais. Temos trabalhado as questões de variabilidade cultural, e tem sido, sobretudo, com o setor feminino.



Figura 4

Peixeiras na Avenida de Madrid, no Monte Estoril, na década de 60s.

Coleção de Etnografia Marítima, MMRDC.

Uma costa, uma história, suas gentes... e um Museu

Fala-me um pouco da origem e da missão deste Museu, da sua razão de ser numa Vila como Cascais...

Numa viagem fugaz pela história, posso dizer-te que este terreno e este edifício onde hoje habita o MMRDC já tiveram outras vidas muito diferentes (ANDRADE, 1964; FALCÃO, 1981; PAILLER, 2001; RAMALHO, 2003; SOUSA, 2003). Este é precisamente o tema da nossa última exposição “Memórias Vividas” (COSTA, 2014) onde expusemos à luz as vidas anteriores do Museu, para que as pessoas pudessem perceber outras caras da história local até agora menos conhecidas. A partilha destas “pequenas histórias” permite-nos respirar de outra forma o espírito do lugar, permite-nos perceber melhor os processos socioculturais no espaço e no tempo.

Saber que nos séculos XVIII e XIX este terreno foi parada militar dos regimentos aquartelados na Fortaleza de Cascais, que em 1879 foi construído o *Sporting Clube de Cascais* - edifício a partir do qual se desenvolve o atual Museu - e que se manteve ativo na sua qualidade de sociedade desportiva e recreativa da nobreza e da alta burguesia cascalense até 1974, ou que, nessa altura, e por um curto período na fase posterior à Revolução do 25 de

Abril, seria ocupado por uma organização política revolucionária chamada LUAR (*Liga de Unidade e Ação Revolucionária*), permite-nos perceber o devir de uma história intensa.

Ou seja, o Museu que hoje conhecemos só começa a delinear-se no papel a partir de 1976 - após a entrega do *Clube* à administração pública - e depois de tomada a decisão de atribuir-lhe uma função cultural destinada a valorizar, a um mesmo tempo, a história e a cultura locais, mas também a biodiversidade característica desta zona da costa portuguesa.

Desta forma inicia-se o processo de instalação do Museu (que acontece entre 1978 e 1992), e também o grande período de investigação que permite estruturar a dimensão científica da instituição, onde a atenção iria centrar-se em quatro áreas temáticas: Arqueologia Náutica e Subaquática, Marinharia e Navegação, Etnografia Marítima e História Natural.

Este tipo de museus, que surgem a partir da adaptação de um imóvel com histórias e vivências próprias, têm um caminhar diferente. Herdam espaços, funções e sentidos com os quais devem aprender a conviver no tempo. São acrobatas da história, e em cada uma das suas paredes nos permitem sentir os ecos da mudança.

Por outro lado, embora sob a perspetiva da Museologia atual respondemos ao perfil de museu local - de cariz municipal e tutelado pela CMC - na realidade, pelas temáticas que trabalhamos, e que definem a nossa missão museológica, acabamos por ser um “museu glocal”. Este “glocalismo” vem dado pela abordagem de temáticas que partem do local e cruzam olhares a outras escalas: biodiversidade *versus* educação ambiental, cultura local *versus* cultura global, tradição/ inovação *versus* sustentabilidade... mas também porque temos o privilégio, a responsabilidade e o compromisso de ajudar a construir diálogos transversais entre gentes e mundos a partir desta Vila.

Olhamos para o Museu como um instrumento de compreensão ativa da população e do território, mas também como um lugar de encontro e reflexão dos pequenos e dos grandes temas da atualidade ligados ao mar.

Do discurso hegemónico ao colaborativo: o museu como processo (emancipador), meio (de desenvolvimento) e ferramenta (de gestão inclusiva da diversidade)

Num período como o que estamos a viver nos países do sul da Europa, onde o fantasma do discurso hegemónico nos assola em cada esquina, e onde ao mesmo tempo vemos espalhar-se (com maior ou menor discrição) iniciativas colaborativas, de cidadania participativa, de gestão partilhada dos territórios, recursos, saberes ou experiências...

Como pode o museu ajudar a construir um presente melhor?

Falemos um pouco sobre o museu como processo...

O museu faz sentido pela sua capacidade de alimentar o diálogo a diferentes níveis. A questão é... de que tipo de diálogo falamos?

Sabemos que, neste momento, quer pelas pegadas inevitáveis da globalização, quer por que assistimos a uma mudança de paradigma que tem na cultura uma das suas mais poderosas ferramentas de construção e exercício da democracia, o museu, na sua qualidade de gestor de conhecimento, e de laboratório de partilhas e experiências culturais, detêm um papel importante na evolução das nossas sociedades.

Por isso, ao falar em diálogo, refiro-me a diálogos multidirecionais que privilegiam a intersubjetividade, diálogos que dão voz à diversidade local, diálogos que vão ao encontro das outras peças do puzzle, para com elas construir o museu no dia a dia. Este é, na minha opinião, o poder cultural do museu. Por isso, o nosso grande desafio neste momento é, no fundo, o de trabalhar com o município na sua escala micro, para poder perceber outras dimensões sociais, culturais ou patrimoniais ignoradas pelos discursos de uma museologia hegemónica.

Um exemplo interessante poderia ser uma das nossas últimas exposições temporárias¹³. Era uma exposição fotográfica sobre histórias de vida ligadas ao mar de Cascais, onde pessoas que fizeram qualquer coisa de relevante para a sociedade local, ao longo das suas vidas, partilhavam as suas experiências. Pescadores, surfistas, banheiros da praia... pessoas que salvaram vidas, que conheceram de perto um determinado acontecimento histórico, que ensinaram a nadar a geração das minhas filhas nas praias locais, foram os/as protagonistas no Museu. Isto gerou uma série de interações muito enriquecedoras a vários níveis...

Referes-te então ao museu como mediador?

Sim, do (o) museu como mediador na compreensão dos processos de transformação local, na valorização da diversidade, no reforço e na construção de processos identitários que tomam como ponto de partida a pequena escala, o quotidiano local...

Nesse sentido, temos vindo a desenvolver estratégias que privilegiam a comunicação entre museu e escola, museu e comunidades, museu e saber científico, museu com outros museus... o que, se tivermos em consideração o nosso carácter público, coloca-nos perante o desafio de “criar rede” na sociedade atual.

No entanto, sinto ainda falta de uma rede entre museus marítimos, sobretudo a nível nacional, já que a nível internacional, desde que acolhemos o encontro do ICMM¹⁴, em 2013, temos estado a trocar ideias e a desenvolver conversas com vários museus.

Na tua opinião, a que achas que se deve esta falta de rede?

Acho que existe falta de dinamismo e pouca partilha de trabalho entre equipas. Considero também que ainda nos falta ir mais longe na reflexão, como estamos a fazer aqui e agora, o que não é mais do que uma consequência da falta de rede para perceber as luzes e as sombras dos nossos museus do mar no panorama cultural atual.

Falemos do museu como processo de produção e socialização de conhecimento. Quais as forças que foram ganhando sentido com a experiência?

Esta nossa rede social é construída no dia a dia de várias formas. Eu começaria por falar-te do museu como espaço de aprendizagem não formal e do trabalho regular de cooperação que desenvolvemos com a rede de escolas locais e de outros concelhos. Neste âmbito, o diálogo tem permitido criar projetos temáticos relacionados com os programas curriculares em curso para abordar questões essenciais sobre a preservação da biodiversidade, mas também projetos de educação patrimonial que permitem valorizar a cultura da comunidade piscatória local. Neles privilegiamos o diálogo entre gerações através da partilha de saberes e experiências de vida.

Estas e outras experiências permitem-nos identificar erros sistemáticos de procedimento, melhorar dinâmicas de trabalho, ou detetar segmentos de *não público* que, por algum motivo, não vêm ao Museu. No fundo permitem-nos alargar horizontes... aprender a ser melhor museu.

Foi assim que conseguimos perceber, por exemplo, que as crianças entre 1 a 5 anos não tinham expressão no nosso programa de atividades. Então decidimos desafá-las a criar uma exposição participativa sobre biodiversidade com as suas famílias. Desta forma, durante 3 meses, filhos/as e mães/pais trabalharam incansavelmente até ter a exposição construída. A experiência tem sido fascinante a todos os níveis, ainda está em curso - estamos a construir a cenografia - e vai ser exposta na nossa sala das exposições temporárias.

Estas experiências permitem-nos testar a relação entre o campo teórico e o prático, perceber o que faz realmente sentido no nosso caminhar quotidiano.

Referias há pouco a educação ambiental, a tradição, a sustentabilidade... como articulas todos estes desafios e de que forma os trabalhas no vosso território de ação?

É importante perceber que no museu temos o privilégio de trabalhar com fontes primárias da história em pessoa. Exemplo disso é o trabalho com a comunidade piscatória de que te falava no princípio. Eles e elas ajudam-nos a construir algumas das camadas do que hoje conhecemos como micro-história. Esta dimensão do nosso projeto é essencial, porque nos permite perceber, com pormenor, o profundo processo de mudança que se encontra em curso desde que abrimos as nossas portas, na década de 90.

Ao longo dos anos, temos vindo a conhecer as origens de quem vinha viver para Cascais à procura de trabalho (Figueira da Foz, Leirosa, Murtosa, Aveiro, Algarve, Peniche, Ericeira...). Sabemos que o que os/as trouxe até aqui foi um excelente porto de abrigo, o desenvolvimento da pesca e as más condições de sobrevivência provocadas pelo defeso nos locais de origem. A comunidade piscatória de Cascais, com quem temos vindo a desenvolver

trabalho, sabia tudo sobre a vida no mar e a vida em terra. Quando não podiam ir para o mar trabalhavam a terra.

Com eles e elas fomos enriquecendo o nosso acervo de etnografia marítima, definindo os conteúdos do respetivo núcleo da exposição permanente, mas também fomos estabelecendo pontes com outras realidades sociais locais para dinamizar formas de transmissão que começam a ser cada vez mais fracas dentro da própria comunidade.

Acho que aqui podemos falar do **museu como fio condutor**, pois temos feito várias experiências que permitem estabelecer novos diálogos entre as pessoas que integram esta comunidade e a comunidade escolar, o setor sénior da Vila, o setor da investigação... O objetivo é dinamizar os saberes que vemos mais ameaçados e que sabemos que constituem uma parte essencial do nosso caminhar junto do mar. Neste contexto, estamos a desenvolver trabalho com três gerações da comunidade: a de 60s para cima, a dos 40s e, muito lentamente, a dos 20s. As gerações mais jovens, como esta última, foram-se desligando do passado mais recente, tomam outros rumos... rejeitam as suas raízes. No entanto, ainda há um fenómeno com o qual se identificam: as Festas do Mar. É aqui que vamos a seu encontro... na Festa.

Por outro lado, tentamos chegar aos desejos dos nossos públicos, perceber o que procuram para construir com eles os novos projetos. Isto leva-me a falar-te de outros segmentos da sociedade que também nos ajudam a construir o dia a dia. Refiro-me, por exemplo, aos militares que partilham conosco saberes especializados sobre o mar - como acontece com o *Instituto Hidrográfico da Marinha* -, ou ao Programa de Voluntariado da CMC, através do qual um pequeno grupo de aposentadas colabora conosco na construção de ateliês temáticos, visitas ou projetos museológicos. Este é o caso de uma antiga professora de Braille, que trabalhou muitos anos para o Ministério da Educação, e que atualmente nos está a ajudar a implementar um projeto de Museologia acessível nesta área.

Eles e elas é que nos pedem para ir mais longe no conhecimento sobre a situação atual da nossa plataforma continental, sobre a proteção dos oceanos, sobre o futuro dos nossos submarinos ou sobre a fauna marinha ameaçada nesta zona da costa.

Esta conversa lembra-me o trabalho de investigação que estou a desenvolver com quatro museus europeus de cariz local, em torno das novas formas de participação cultural. As últimas reflexões levam-nos a estabelecer uma clara diferença entre as noções de público e utilizador/a¹⁵. Faz sentido esta diferença para ti?

Sim, faz, claro que faz! As pessoas apropriam-se, sugerem, ajudam a construir os processos, permitem-nos perceber onde há necessidades, como enriquecer os seus conhecimentos, que caminhos são mais úteis...

Esta diversidade de perfis e experiências levou-nos a abrir, há pouco tempo, duas rúbricas: “O Segredo das coisas do Mar”, onde falamos dos temas que levantam a nossa

curiosidade e cuja explicação não encontramos facilmente à mão, como por exemplo: *Porque acontece a onda de algas vermelhas que invadem as nossas praias?*; e “As Conversas do Mar”, um ciclo de conferências temáticas variadas, onde se pode falar, por exemplo, sobre o mundo do Sal (paisagem, transformação, tradição...) enfim, ideias que, a pouco e pouco, vão ganhando forma de palestras informais no Museu.

Tentamos não deixar pontas soltas, privilegiamos o envolvimento entre pessoas e projetos a longo prazo. Queremos dar espaço aos debates contemporâneos porque sabemos que os museus são bons para pensar, bons para estabelecer ligações, bons para questionar formas e conteúdos.

Qual o rumo dos nossos museus?

Desabafos e desafios de uma (desejada) Sustentabilidade Museológica.

Como responsável de três instituições museológicas, o Museu do Mar Rei D. Carlos, o Forte de São Jorge de Oitavos e o Marégrafo de Cascais, de que forma olhas para o panorama museológico atual e para a falta de reconhecimento crescente do papel dos museus locais na nossa sociedade? Refiro-me à estratégia de subestimar o papel da direção, a um minguar constante de equipas - inversamente proporcional ao aumento de responsabilidades culturais do museu - no fundo, a uma falta de “dignidade museológica”.

Bem, é importante referir que o Marégrafo é um equipamento da Direção Geral do Território (DGT) que estabeleceu um protocolo com a CMC em 2005, a fim de promover a sua manutenção e valorização histórico-museológica, e que, desde junho de 2013, se encontra afeto ao MMRDC, o que faz todo o sentido. Simultaneamente, e para colmatar a falta de recursos humanos, também damos apoio a outros dois museus da rede municipal: o Museu Farol de Santa Marta¹⁶ e o Forte S. Jorge de Oitavos, principalmente no período de férias e fins de semana.

No entanto, na minha opinião o que mais nos fragiliza é o facto de terem deixado de entrar pessoas novas nos museus, em termos gerais, e nos municipais em particular, mas também o facto de vermos limitada a possibilidade de ir buscar fora conhecimento especializado, para poder dar resposta a tarefas essenciais do museu. Isso sim parece-me essencial!

Por outro lado, e agora olhando para a situação como um desafio, ou seja à procura do lado positivo, acho que estas mudanças podem conduzir à reformulação da nossa forma de gerir o museu do ponto de vista humano. Falo, por exemplo, de motivar as nossas equipas para o adequado desenvolvimento dos trabalhos em curso, alterando funções, definindo novas dinâmicas de trabalho, estabelecendo grupos de várias formas e tamanhos em função dos projetos. Isto é, acho que as condições atuais, embora não sendo boas, quando bem conduzidas podem trazer novas formas de partilha dentro da própria equipa, mas também

entre esta e o exterior, o que nos coloca perante um modelo de gestão que me parece ser mais dinâmico. A questão que temos entre mãos é precisamente a definição de novas fronteiras que permitam praticar uma Museologia social, cultural, económica e ambientalmente mais sustentável. Este desafio é estrutural e obriga-nos a repensar algumas fórmulas profundamente sedimentadas, o que no contexto da Museologia de tutela municipal não é tarefa fácil.

Neste contexto de mudança, não podemos nunca recuar do ponto de vista conceptual e ideológico em aspetos essenciais como a interdisciplinaridade das equipas, suas condições estáveis de trabalho ou a autonomia de projeto. A partir daqui, parece-me importante podermos continuar a contratar recursos especializados, pontualmente, como forma de enriquecer a equipa e de poder desenvolver novos projetos. Este “trazer de fora” é muito importante e permite-nos ter uma outra reflexão, uma outra produção, alimentar outras redes...

Podes falar-me da equipa do Museu? Quem faz parte dela?

No MMRDC somos no total 13 pessoas e damos apoio a outros equipamentos museológicos sempre que necessário. A gestão não é precisamente fácil, pois temos falta de recursos humanos a vários níveis. Por isso, todas as pessoas da equipa fazem rotativamente atendimento ao público na receção e na loja.

E a investigação? Como acontece num contexto destas características?

A investigação é desenvolvida por estas mesmas pessoas, num modelo de gestão em que o dia a dia envolve também um pequeno desafio a este nível. Com este objetivo, e em função dos projetos, as pessoas da equipa realizam, em simultâneo com as suas funções quotidianas, uma parte da pesquisa de algum dos projetos em curso, de forma a podermos dinamizar novas áreas e temas. Assim está a funcionar, por exemplo, o projeto de investigação sobre a nossa coleção de malacologia, que dará lugar a uma exposição a inaugurar em finais deste ano.

O que acrescentarias à tua equipa?

Massa crítica com formação superior na área da Biologia, do Restauro... mas também uma terceira técnica para o serviço educativo, duas pessoas com formação específica e domínio de idiomas para atendimento ao público...

Que outros ingredientes sentes em falta quando projetas um museu capaz de responder as necessidades da sociedade atual?

- Equipas multidisciplinares, tendo em conta o perfil e a missão
- Participação e partilha de conhecimentos a vários níveis, e de várias formas
- Parcerias

-Orçamento que nos permita dar resposta às necessidades de manutenção dos acervos, e à investigação de forma estruturada e a longo prazo.

Para terminar, e porque não podemos esquecer que nos campos da cultura e do património assistimos neste momento a um alargar de ideias, conceitos e práticas...

Podes dizer-me qual dos seguintes conceitos faz sentido no vosso Museu?

Museu caleidoscópico, Património expandido, Quotidiano cultural, Domínio público, Laboratório, Mapeamento coletivo, Poéticas do café da esquina...

É difícil escolher!

Deixa-me dizer-te que, em primeiro lugar, nos identificamos com o **“quotidiano cultural”**, pois não vejo outra forma de criar “sentido de comunidade” com a nossa comunidade piscatória, com a comunidade escolar, com as equipas de colaboradores/as, em fim, com todas aquelas pessoas que nos ajudam a crescer na experiência e no saber partilhado.

No fundo, é a questão dos **“horizontes de utopia”** que, nos pequenos museus, formam parte de um caminhar consciente e atento a todas aquelas mudanças que estão em curso, e que nos permitem definir o nosso lugar e a nossa função na construção do presente...

“Laboratório”... claro! Por isso falei-te da importância de fazermos experiências de vários tipos, para conhecermo-nos melhor a nós, e à sociedade da qual formamos parte.

“Domínio público” para mim traz a questão da democratização do museu, o desafio de desenvolver as “clássicas” funções museológicas de forma socialmente mais alargada, com base em metodologias de programação partilhada, de exposição participativa... resultantes da escuta dos pedidos e sugestões de quem quer caminhar connosco.

As pessoas procuram cada vez mais um papel ativo no museu, querem fazer parte do processo.

“Mapeamento coletivo”, é algo que considero fundamental, e que utilizei no levantamento etnográfico com as mulheres da comunidade piscatória. Mas gostava de ter condições para o continuar a fazer de forma mais pormenorizada, e também noutros níveis e contextos.

“Museu caleidoscópico” é o rumo que tento que as coisas levem, por isso a participação é condição indispensável na construção do nosso projeto.

Finalmente, as **“Poéticas do café da esquina”** permitem-nos descobrir outros sentidos, criar rede... Essa poética e os seus versos são para mim a voz em *off* do Museu.

Considerações finais ou... Repensar as Museologias a beira-mar

Ser museu local não deveria ser sinónimo de museu com muros (físicos ou intelectuais, entre “quem está dentro” e “quem está fora”), resultado de uma estratégia de visibilização política (cosmética cultural?) ou nascido para ser a casa de uma silenciosa coleção. No entanto, nos últimos anos temos visto crescer este tipo de situações com frequência, e isso dá-nos que pensar. Contrariar as inércias desta Museologia de fachada envolve uma certa ousadia museológica, própria de quem considera que o museu pode e deve ser uma ferramenta de mudança, no sentido inclusivo e sustentável do termo. Na verdade, se isto acontece, é porque os museus são órgãos de poder cultural, e este poder, como qualquer outro, pode ser exercido de diversas formas.

Construir uma sociedade democrática envolve também o desafio de democratizar a cultura, no sentido mais lato do verbo (democratizar) e do conceito (cultura), isto é, cruzando olhares, experiências ou caminhos, respeitando o seu carácter evolutivo, mas também a sua pluralidade de formas.

Esta é a causa que nos move, e também a que nos levou a colocar a palavra “relato” no título deste artigo: um relato narra uma pequena história, conta-se na primeira pessoa, contém vários tempos no seu interior, mas a voz que o narra outorga-lhe a magia de um presente subjetivo, de uma fugacidade partilhada. Este é para nos o sentido e a razão de ser da Museologia de pequena escala, a que mora na porta ao lado.

Sob esta perspectiva, torna-se evidente a necessidade de reformular e pluralizar os modelos de gestão, mas também à necessidade de conquistar novos patamares de liberdade de ação que concedam a este tipo de museus uma outra margem de movimento, menos dependente das lógicas, interesses e mecanismos políticos locais. A experiência diz-nos que esta é a melhor forma de fazer caminho, de nutrir processos museológicos em que os próprios conceitos de cultura, património ou identidade são definidos a várias vozes, respeitando o seu carácter dinâmico, mantendo a negociação de sentidos culturais em aberto.

Quando nos propusemos escrever este artigo, fizemo-lo pensando em valorizar uma forma de Museologia muito expressiva em Portugal, a municipal, mas também em olhar de diferentes perspetivas este modelo de gestão museológica na atualidade, para refletir sobre os seus usos. Fizemo-lo a partir de um museu cujo percurso nos é familiar, que nos traz as questões do mar (um dos grandes patrimónios de um país como Portugal), que aceitou o desafio de partilhar connosco os seus pontos de vista sobre a fase de mudança que vivemos (marcada pelas incertezas, flutuações, transformações e desequilíbrios), mas também porque, como nós, acredita que estas mudanças podem ser um estímulo para a criatividade e para a construção de novos caminhos.

Concluimos assim que, para articular mundos, socializar conhecimentos ou ajudar a definir percursos sociais e culturais no tempo, o museu deve trabalhar desde uma perspetiva plural, flexível e comprometida com os valores que conduzem a um desenvolvimento sustentável. Concluimos, também, que queremos uma globalização desde baixo, com o olhar atento no aqui e agora, e onde a palavra museu seja capaz de acolher as pequenas histórias quotidianas com o mesmo brilho, profundidade e potência, com que até agora falou das histórias de culturas colossais (PAMUK, 2012).

Referências

- ACASO, M.; de PASCUAL, A. Museos y participación biográfica: Introduciendo lo personal como alternativa a lo hegemónico. **Midas. Museus e estudos interdisciplinares**, n. 3, 2014. Disponível em: <http://midas.revues.org/516>. Acesso em: 19 set. 2014.
- ANDRADE, F. de. **Cascais - Vila da Corte: oito séculos de história**. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1964.
- CAMACHO, C.; NEVES, J. S. Museums and municipalities in Portugal. In: GREFFE, X.; KREBS, A. **The relationship between museums and municipalities in Europe**. Electronic appendices to the Policy analysis group report: case studies, 2010, p. 27-34. Disponível em: www.encatc.org. Acesso em: 10 ago. 2014.
- COSTA, M. F. (coord.). **Museu do Mar Rei D. Carlos: memórias vividas, catálogo da exposição**. Lisboa: Câmara Municipal de Cascais: Museu do Mar Rei D. Carlos, 2014.
- EXCELÊNCIA de Cascais reconhecida por imprensa estrangeira. **Boletim Municipal de Cascais**. Cascais, v. 4, n. 41, p. 2-3, 2014.
- FALCÃO, P. **Cascais menino**. vol. I, 2. ed. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1981.
- GREFFE, X.; KREBS, A. **The relationship between museums and municipalities in Europe**. Brussel: ENCART, 2010. Disponível em: www.encatc.org. Acesso em: 10 ago. 2014.
- HAGEDOM-SAUPE, M.; ERMERT A. (eds.). **A guide to european museum statistics**. Berlim: EGMUS, 2004. Disponível em: www.egmus.eu. Acesso em: 5 maio 2014.
- PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro, **Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente** [Estabelece a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos].
- PORTUGAL. Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto, **Assembleia da República** [Constituição da República Portuguesa - Sétima revisão].
- PORTUGAL. Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto, **Assembleia da República** [Lei Quadro dos Museus Portugueses].
- NEVES, J. S. (coord.); SANTOS, J. A.; LIMA, M. J. **O panorama museológico em Portugal: os museus e a rede portuguesa de museus na primeira década do século XXI**. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural e Observatório das Atividades Culturais, 2013.
- PAILLER, J. D. **Carlos I Rei de Portugal: destino maldito de um rei sacrificado**. Lisboa: Bertrand, 2001.
- PAMUK, O. Modesto manifesto por los museos. **El País**, de 28 de abr. 2012. Disponível em: http://cultura.elpais.com/cultura/2012/04/27/actualidad/1335549833_020916.html. Acesso em: 13 jul. 2014.
- POULOT, D. **Museo y museología**. Madrid: Abada, 2011.
- RAMALHO, M. M. **Uma corte à beira mar**. Lisboa: Quetzal e Bertrand, 2003.
- SANCHO QUEROL, L. **El patrimonio cultural inmaterial y la sociomuseología: estudio sobre inventarios**, Tese de doutoramento em Museologia, apresentada no Departamento de Museologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, ULHT, Lisboa, 2011. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_Tese%20Doutoramento%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20Lorena%20Sancho%20Querol.pdf. Acesso em: 26 jun. 2014.
- SANCHO QUEROL, L.; SANCHO, E. Sujeitos do património: os novos horizontes da Museologia Social em São Brás de Alportel. **e-cadernos ces**, número temático subordinado ao tema: Dez anos da Convenção do Património Imaterial: ressonâncias norte-sul, (no prelo).
- SANTACANA, J.; LLONCH, N. **El museo local: la cenicienta de la cultura**. Gijón: Trea, 2008.
- SANTOS, J. A. Públicos dos Museus de Cascais: os Grupos Escolares. **Revista de Turismo e Desenvolvimento** nº 5, 2006. Aveiro: Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial - Universidade de Aveiro.

- SANTOS, J. A.; NEVES, J. S. Os museus municipais de Cascais: políticas culturais locais e património móvel. **Série Documentos de Trabalho**, n. 6. Lisboa, 2005.
- SANTOS, M. L. L. (coord.). **O panorama museológico em Portugal [2000-2003]**. Lisboa: Instituto Português dos Museus. Rede Portuguesa de Museus e Observatório das Atividades Culturais, 2005.
- SANTOS, M. L. L. (coord.); NEVES, J. S. **Inquérito aos museus em Portugal**. Lisboa: Ministério da Cultura. Instituto Português dos Museus, 2000.
- SOUSA, M. J. P. B. R. **Cascais 1900**. Lisboa: Medialivros, 2003.

Texto recebido em 15 de outubro de 2014. Publicado em 30 de dezembro de 2014.

Notas

- [1] Este artigo constitui um produto científico do projeto de pós-doutoramento da primeira autora do texto. Sob o título “A Sociedade no Museu: estudo sobre participação cultural nos museus locais europeus” (SOMUS), o projeto é cofinanciado pelo Fundo Social Europeu através do Programa Operacional Potencial Humano, e por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito da Bolsa de Pós-Doutoramento com a referência SFRH/BPD/95214/2013.
- [2] Para conhecer o Museu do Mar Rei D. Carlos entre em: <http://www.cm-cascais.pt/museumar/>.
- [3] Para conhecer o Forte de Oitavos entre em: <http://www.cm-cascais.pt/equipamento/forte-de-sao-jorge-de-oitavos>.
- [4] Para conhecer o Marégrafo de Cascais entre em: <http://www.cm-cascais.pt/equipamento/maregrafo-de-cascais>.
- [5] A “Costa do Sol” é a faixa costeira a oeste de Lisboa. A beleza do seu património cultural e natural, junto do seu clima agradável e de uma intensa história ainda hoje presente de diversas formas (arquitetura, gastronomia, tradições marítimas...), fazem dela um dos mais atrativos destinos turísticos da costa portuguesa. Esta zona é também conhecida, nas rotas de turismo internacionais, como a “Riviera portuguesa”.
- [6] Embora a criação das regiões administrativas esteja prevista na Constituição da República Portuguesa (art.º 255), a sua instituição ainda não foi concretizada (art.º 256). A atual distribuição regional do território corresponde à Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de nível 2 (NUTS 2) e é constituída pelas unidades: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro).
- [7] Este processo dá-se com maior evidência a partir de meados da década de setenta, altura em que se estabelece o sistema democrático português, iniciado com a Revolução do 25 de abril de 1974, que põe fim a um período de ditadura cujas origens remontam ao ano de 1933.
- [8] A *Lei-Quadro dos Museus Portugueses* (Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto) é a lei mais recente em matéria de política museológica em Portugal. Encontra-se disponível em: http://www.icom-portugal.org/documentos_leg,129,164,lista.aspx.
- [9] O estudo foi realizado pelo Observatório de Actividades Culturais (OAC), com o apoio do *Instituto dos Museus e da Conservação IP* e decorre dos anteriores estudos *Inquérito aos Museus em Portugal*

(SANTOS; NEVES, 2000) e *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]* (SANTOS; NEVES; SANTOS; NUNES, 2005). As principais fontes dos dados são o Inquérito aos Museus (IMUS) do Instituto Nacional de Estatística (INE) e a BdMuseus (base de dados do recenseamento nacional dos museus) gerida pelo então OAC. Esta foi criada em abril de 2000 através do protocolo estabelecido entre o Instituto Português de Museus, o OAC e o INE e funcionou até 2012.

- [10] Em termos práticos, convém referir que a noção de museu aqui adotada é a da BdMuseus e tem por base um conjunto de critérios mais gerais, considerando museu “*todas as entidades autodenominadas museu, em funcionamento permanente ou sazonal, com pelo menos uma sala ou espaço de exposição e com pelo menos uma pessoa ao serviço*” (NEVES; SANTOS; LIMA, 2013, p. 43). No entanto, já o INE, adota uma outra noção de museu baseada na aplicação de outros 5 critérios que as instituições devem cumprir cumulativamente para serem consideradas museu. Esses 5 critérios são: *ter pelo menos uma sala de exposição; ter uma abertura ao público permanente ou sazonal; ter pelo menos um conservador ou técnico superior (incluindo pessoal dirigente); ter orçamento segundo uma ótica mínima (ter conhecimento do orçamento); e ter pelo menos inventário sumário. (ibidem)*. Estes critérios estabelecem a base numérica das estatísticas oficiais. Recorde-se ainda que segundo o Artigo 3º da *Lei Quadro* um museu é: “*uma instituição de caráter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos; b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade*”.
- [11] Convém referir que, no plano da Administração local, para além dos municípios existem outras entidades que também tutelam museus. É o caso das assembleias distritais, das empresas municipais e das juntas de freguesia (NEVES; SANTOS; LIMA, 2013, p. 52).
- [12] Esta é uma tendência que se confirma também ao nível europeu, como comprovam os dados do EGMUS (HAGEDOM-SOUBE; ERMERT, 2004) e do E=MU2 (GREFFE; KREBS, 2010) em que os museus municipais significam cerca de metade dos casos observados. Acrescente-se que este último projeto procura investigar a relação entre os museus e os municípios de vários países europeus.
- [13] *O Contador de histórias e o Mar | The Storyteller and the Sea*. Esta exposição esteve patente ao público de 12 abril a 11 de maio de 2014.
- [14] ICMC - *International Congress of Maritime Museums*.
- [15] Esta investigação enquadra-se no âmbito do projeto de pós-doutoramento referido na nota 1, onde as primeiras reflexões em torno da questão dos usos sociais do museu local deram lugar ao artigo “*Sujeitos do património: os novos horizontes da Museologia Social em São Brás de Alportel*”, atualmente no prelo.
- [16] Para conhecer o Museu Farol de Santa Marta entre em: <http://www.cm-cascais.pt/equipamento/farol-museu-de-santa-marta>